

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PINHEIRO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS
HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA

NAYANE DE JESUS ARAUJO SERRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CENTRO DE
ENSINO PROF. RUBEM ALMEIDA: conquistas e desafios**

Pinheiro – MA

2016

NAYANE DE JESUS ARAUJO SERRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CENTRO DE
ENSINO PROF. RUBEM ALMEIDA: conquistas e desafios**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador: Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro.

Pinheiro – MA

2016

NAYANE DE JESUS ARAUJO SERRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CENTRO DE
ENSINO PROF. RUBEM ALMEIDA: conquistas e desafios**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dimas dos Reis Ribeiro (Orientador)
Doutor em Serviço Social e Mestre em História
Universidade Federal do Maranhão

Prof.ª Francilene do Rosário de Matos
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.ª Doracy Gomes Pinto Lima
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

A Deus;
Aos meus pais e meus irmãos Nayadia e
Jaylson.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque sem ele nada é possível, inclusive a minha vontade de seguir adiante.

À minha mãe querida, Maria da Cruz, por sempre estar ao meu lado, me orientado aos melhores caminhos.

Ao meu pai João Serra, por ser um pai maravilhoso e me inspirar com sua determinação.

Aos meus irmãos Nayadia e Jaylson por serem maravilhosos e companheiros, que sempre me apoiaram quando foi necessário.

Ao Romário por acreditar em mim e me dar forças nos momentos mais difíceis com sua alegria e carinho.

Ao meu orientador, Dimas dos Reis Ribeiro, que tornou este trabalho possível, com seu compromisso e disponibilidade.

Enfim, a toda minha família por estar sempre ao meu lado, me apoiando, fazendo de mim uma pessoa melhor a cada dia.

Minha eterna gratidão a todos.

RESUMO

Esta pesquisa faz um diagnóstico a respeito da implantação da Educação das Relações Étnico-Raciais no C.E. Prof. Rubem Almeida da rede estadual de ensino, no município de Pinheiro. Tem como objetivo detectar como está sendo trabalhada a História Africana e Afro-brasileira, analisar se a escola possui condições ideais para que os profissionais da educação possam direcionar positivamente as relações de pessoas com diferentes pertencimentos étnico-raciais, no sentido de respeito e da correção de posturas, atitudes e mentalidades preconceituosas. O embasamento teórico desta pesquisa foi feito por meio de livros, artigos e questionários aplicados com a direção da escola, os professores de História e a coordenação pedagógica, assim como a análise do ambiente escolar. Esperamos que este trabalho auxilie na desconstrução de estereótipos a respeito do negro e principalmente na construção de uma identidade positiva, de forma que permita a consolidação de uma educação para a igualdade étnico-racial.

Palavras-chave: Educação. Relações étnico-raciais. Escola. Currículo.

RESUMEN

Esta investigación es un diagnóstico en cuanto a la implementación de la Educación de relaciones étnico-racial en C. E. Prof. Rubem Almeida de escuelas públicas del municipio de Pinheiro. Su objetivo es detectar como está hecha la historia africana y afro-brasileña, considerar si la escuela cuenta con las condiciones ideales para profesionales de la educación pueden dirigir positivamente las relaciones de las personas con diferentes afiliaciones étnicas y raciales a fin de respetar y corrección posturas, actitudes y mentalidades prejuicios. La base teórica de esta investigación se realiza a través de libros, artículos y entrevistas / cuestionarios con la junta escolar, los profesores de historia y la coordinación pedagógica, así como el análisis del entorno escolar. Esperamos que este trabajo ayudar a la deconstrucción de los estereotipos sobre el negro y sobre todo en la construcción de una identidad positiva con el fin de permitir la consolidación de la educación para la igualdad étnica y racial.

Palabras clave: Educación. Las relaciones étnico - raciales. Escuela. Plan de estudios.

LISTA DE SIGLAS

IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
FNB	-	Frente Negra Brasileira
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	-	Ministério da Educação
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
PPP	-	Projeto Político Pedagógico
CAIC	-	Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente
PIBID	-	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
URE	-	Unidade Regional de Educação
SEDUC	-	Secretaria Estadual de Educação
DCNs	-	Diretrizes Curriculares Nacionais
PCNs	-	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	16
2.1	A lei 10.639/03 e o papel da escola na Educação das Relações Étnico-Raciais	16
2.2	As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	19
3	O CURRÍCULO E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	22
4	A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA CENTRO DE ENSINO PROF. RUBEM ALMEIDA	29
4.1	C. E. Prof. Rubem Almeida e suas características gerais	30
4.2	A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana no C.E.P. Rubem Almeida	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICE – Questionário e autorizações	41

1 INTRODUÇÃO

A Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é uma temática muito importante a ser abordada, principalmente pela função social que ela apresenta. Em 9 de Janeiro de 2003 o ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei nº 10.639, tornando o Ensino de História da África e da Cultura Afro- Brasileira obrigatório, pois com esse ensino pretende-se desenvolver uma educação antirracista que destaque a grande importância do negro e da sua cultura no desenvolvimento da sociedade e desmistificar uma série de preconceitos que estão arraigados na sociedade e, para mudar essa realidade, temos a escola como principal aliada, esta que por muito tempo foi o principal espaço responsável por reproduzir esses preconceitos.

A escolha de abordar a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ocorreu em função dos preconceitos, discriminações e xenofobia que os negros vêm enfrentando em diversas esferas da sociedade, como na escola, na entrevista para um trabalho, nos esportes, entre outras situações, em que, por serem negros, acabam carregando uma série de estereótipos, ocasionando assim sua autorrejeição e a rejeição de seus semelhantes, levando-os a buscarem valores universais como forma de se libertar da inferiorização.

A lei nº 10.639 assim como a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais são medidas que tem como objetivo compensar os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, sociais, políticos e educacionais sofridos ao longo da História. A Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História da África e Afro-Brasileira determina aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, a construção de uma sociedade justa e igualitária. Não se trata de mudar o foco etnocêntrico de raiz europeia para o de raiz africana, mas sim de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. A escola se apresenta como meio essencial para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados.

Para falar sobre a influência da cultura africana na cultura brasileira, faz-se necessário primeiramente saber a definição de cultura em seu sentido amplo, que segundo Aranha (1996, p.14),

[...] cultura é tudo o que o homem faz, seja material ou espiritual, seja pensamento ou ação. A cultura exprime as variadas formas pelas quais os homens estabelecem entre si e com a natureza: como constroem abrigos pra se proteger das intempéries,

como organizam suas leis, costumes e punições, como se alimentam, casam e tem filhos [...].

Nesse sentido, cultura é tudo o que o homem constrói pra viver em sociedade e nela estão expressos seus valores e crenças. Sendo assim, existem vários tipos de cultura, cada uma com suas especificidades, o importante é “conceber a cultura como manifestação plural, um processo dinâmico, e a educação como um momento em que a herança e renovação se completam, a fim de criar o espaço possível da cidadania.” (ARANHA, 1996, p.44).

O Brasil, sem dúvida, é um país rico em diversidade cultural. Essa diversidade é consequência de uma colonização construída por diversos povos que aqui se integraram, trazendo o seu patrimônio, sua cultura. Isso se reflete na música, na religião, na língua, na culinária, na moda, na arte, nos costumes, na organização social, na política, na forma de pensar e viver, entre tantos outros aspectos. Podemos dizer que a cultura que nos cerca é uma herança social provinda principalmente de portugueses, índios e africanos.

Para falar sobre a cultura afro-brasileira não se pode deixar de mencionar o período escravista e suas consequências. Esse período da nossa História foi marcado pelos horrores da escravidão, a violência, o desrespeito, a ignorância e a falta de humanidade de muitos. No entanto, a resistência negra imprimiu aos poucos sua cultura neste país, esta mistura entre os povos formou a cultura brasileira, que se apresenta tão diversa, rica e bela. Todavia, ainda precisamos superar a negatividade do período escravista que tanto afeta nossa sociedade nos dias atuais, e não há nada mais forte do que a educação para superarmos essas consequências. Mas para que isso aconteça precisamos conhecer nossa verdadeira História e nossa Cultura de forma integral, pois assim podemos valorizá-la e respeitá-la.

Cabe salientarmos que desde a chegada dos negros ao Brasil entre o século XVI e XIX, os escravos lutaram contra opressão senhorial e buscaram alternativas de autonomia. A historiografia, por exemplo, aponta que os negros que foram trazidos para o país vieram de três grandes regiões: da Costa Ocidental da África (Costa da Mina, principalmente), da África Centro-Ocidental (Angola e Congo) e da Costa Oriental (Moçambique), eram de várias culturas como os bantos, os nagôs, ijebus, moçambiques, etc. As regiões onde viviam os que foram escravizados e trazidos para o Brasil, possuíam costumes, línguas, organizações de sociedade, religiões completamente diferentes umas das outras. Juntos eles contribuíram para a formação cultural do país. “Biologicamente presentes. Culturalmente presentes. Presentes e marcantes, atuantes, influentes, contribuintes” (FREYRE, 1976, p. 7).

Nesse período, caracterizado pela escravidão, a população negra passou a realizar trabalhos pesados principalmente nas lavouras de cana de açúcar, fazendas e engenhos,

garantindo assim o grande patrimônio dos donos de engenhos, latifúndios e o próprio desenvolvimento da economia do país, mas submetidos a viver em condições precárias, sem usufruir da riqueza que eles mesmos ajudaram a produzir. Entretanto, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, procuraram forças para manter firme a sua cultura.

Neste período a Igreja Católica tinha um grande “poder” sobre a população, pois para se viver no Brasil naquela época sendo escravo e depois sendo negro livre era necessário antes de tudo ser católico. “Por isso, os negros que recriaram no Brasil as religiões africanas dos orixás, voduns e inquices se diziam católicos e se comportavam como tais” (PRANDI, 2003, p.16). Esta foi a forma encontrada para manter firme suas tradições através do sincretismo religioso, para preservar seus cultos, rituais e homenagens a seus ancestrais, diante da imposição feita pela Igreja Católica. Assim deram continuidade as suas tradições religiosas, estabelecendo um paralelo entre as festividades católicas e as divindades africanas, ou seja, através do sincretismo eles utilizavam o nome dos santos católicos para reverenciar suas divindades. Assim, as religiões afro-brasileiras foram sendo elaboradas por meio do diálogo multicultural que as tornou sincréticas no decorrer de um longo período.

A partir dessa situação compreendemos porque vários santos católicos equivalem a determinadas divindades de origem africana, assim como entendemos como vários dos deuses africanos percorrem religiões distintas. Dessa forma, notamos que o desenvolvimento da cultura religiosa brasileira foi claramente marcado por uma série de trocas e incorporações. Ao mesmo tempo em que constatamos a presença de equivalências e proximidades entre os cultos africanos e as outras religiões estabelecidas no Brasil, também nos deparamos com uma série de particularidades que definem várias diferenças.

As primeiras referências ao candomblé no Brasil datam do século XIX. Em linhas gerais, esse culto resume-se na prática de oferendas aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão. Esses ancestrais relacionados à fundação das principais linhagens africanas, são denominados orixás e voduns e se comunicam com os devotos por meio da possessão. (MATTOS, 2012, p.160).

São consideradas religiões afro-brasileiras, todas as religiões que foram trazidas para o Brasil pelos negros africanos ou religiões que absorveram ou adotaram costumes e rituais africanos. Podemos citar como principais religiões afro-brasileiras o Candomblé e a Umbanda, estas tem forte penetração no país, especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e na Bahia. No entanto temos muitas outras como Pajelança, Quimbanda, Tambor-de-Mina, Xangô do Nordeste. Pode-se dizer que a Umbanda é uma religião afro-brasileira fruto da mistura do candomblé baiano com o espiritismo kardecista, trazido pela França no final do século XIX, e o catolicismo.

Segundo Mattos (2012, p.156) “No Brasil dos séculos XVII e XVIII, calundu representava a prática de curandeirismo e uso de ervas com a ajuda dos métodos de adivinhações e possessão.” O curandeirismo se estabeleceu na cultura brasileira como uma mistura de costumes africanos, portugueses e indígenas. Este se faz presente com o uso de ervas, frutos e produtos naturais para a cura de doenças. No entanto, para muitos africanos esta prática era uma oportunidade de expressar suas visões de mundo, crenças religiosas e também uma forma de luta e resistência.

A influência africana na culinária brasileira é bem forte, dos escravos africanos recebemos as técnicas e os modos de cozinhar os alimentos, do comércio entre África e Brasil. Recebemos uma variedade de produtos como o azeite de dendê, a pimenta malagueta, etc. Entre os pratos mais populares de origem africana temos o acarajé, o angu, moqueca de peixe ou de camarão e a feijoada.

O batuque é uma manifestação cultural caracterizada pela música e movimentos de dança. Entre as manifestações culturais decorrentes das rodas musicais praticadas pelos africanos temos o lundu e o samba. Entre as festas negras mais populares temos as congadas, maracatus e maxixe. O nordeste brasileiro, em especial na Bahia, a música recebeu maior influência das tradições africanas iorubás, destacando-se os afoxés e os blocos carnavalescos. “Africanos e seus descendentes aproveitavam as festas do calendário religioso católico, como o Natal, a quaresma e a Semana Santa, para realizar suas específicas manifestações culturais, como danças, batuques e capoeiras” (MATTOS, 2012, p.177).

A capoeira está entre as mais marcantes contribuições culturais trazidas pelos africanos, ela mistura luta, dança e música. É caracterizada por golpes e movimentos ligeiros e complexos, utilizando os pés, as mãos, a cabeça, cotovelos e joelhos, pode-se também utilizar bastões e facões nos golpes. A capoeira se desenvolveu durante a escravatura, provavelmente com o intuito de extravasar sentimentos, diversão, como forma de defesa e luta e paralelamente perpetuar a cultura. A capoeira além de seu caráter lúdico, caracterizada como uma ocasião de brincadeira e festejo, também é considerada uma forma de resistência contra roubos habituais, lutas de poder entre escravos libertos e como oposição ao sistema escravocrata.

O movimento Hip-Hop no Brasil sofreu influência local, o **hep** recebeu influência do samba e o break tem um paralelo na capoeira. O movimento representa um espaço para a formação da identidade negra e também como forma de luta contra as desigualdades e o racismo, associado ao viés político no negro no Brasil.

O mesmo aconteceu com as línguas. Como os cativos vieram de vários lugares da África e possuíam línguas diferentes, foram obrigados a criar uma forma de comunicação comum entre eles, para isso seria necessário incluir elementos da língua dominante (português) na sua língua. Com a chegada dos africanos vindos de vários lugares da África houve uma grande mudança no português falado no Brasil. Dentre as palavras de origem africana temos: mucama, denngo, caçula, xingar, cochilar, cachaça, samba, fubá, mocotó, forró entre outras.

O negro no Brasil sempre lutou para modificar a realidade social em que se encontrava, teve e tem participação importante na constituição de um país mais igualitário e justo. A História do Brasil está cheia de acontecimentos que interferiram na atual situação do povo brasileiro. Foram muitas as revoltas, lutas e movimentos que tinham como objetivo combater as injustiças sofridas pela população negra.

Desde 1910 existia no Brasil uma pequena imprensa negra que se dedicava apenas a divulgar os acontecimentos sociais expressivos da comunidade negra. Entre os primeiros periódicos estavam O Bandeirante e O Menelik. Somente após 1918 é que esses jornais assumiram uma atitude mais agressiva, passando para a fase de conscientização do negro, denunciando o racismo da sociedade brasileira. (CARNEIRO, 1995, p.56).

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada em São Paulo no ano de 1931, esta é um movimento organizado com o intuito de reivindicar os direitos de cidadania dos negros. A FNB chegou a se transformar em partido político em 1936, mas foi extinto no ano seguinte pelo Golpe do Estado Novo. No regime autoritário de Getúlio Vargas foi impedida de atuar após tentativa de se rearticular. Em 1945 com o fim do Estado Novo a FNB voltou, nesse mesmo ano organizou-se a Primeira Convenção do Negro Brasileiro, que tinha como objetivo reivindicar o direito de cidadania plena, que não foi conquistada com a abolição.

“Em 1949 foi fundada, no Rio de Janeiro a União dos Homens de Cor, que defendia a criação de escolas, cooperativas e serviços médicos para os favelados, além de promover a alfabetização da população afro-brasileira” (CARNEIRO, 1995, p.57).

Dessa forma, podemos perceber que essa consciência política veio à tona como uma reação ao racismo. Os movimentos negros vêm se manifestando há muito tempo contra os valores racistas e reivindicando a igualdade. O movimento da Negritude surgiu no Brasil como forma de recusa do negro à submissão, exaltando sua raça e cultura, o Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento em 1944 é exemplo disso, pois seu objetivo era garantir espaço aos artistas negros, para que estes pudessem atuar e encenar suas próprias peças teatrais. Na década de 70 destacou-se a organização de vários grupos negros,

como o Movimento Negro Unificado. Todos os direitos conquistados até então são frutos de reivindicações e lutas, já houve uma mudança expressiva em relação à discriminação racial, no entanto, ainda precisamos mudar muita coisa pra alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, conhecer a História da África é fundamental para conhecermos a nossa própria cultura, pois as contribuições africanas estão presentes em vários aspectos de nossa cultura. Nesse contexto, “a História da África – ou, melhor, das várias Áfricas-, antes e durante o período do tráfico negreiro, faz parte da História do Brasil.” (SILVA, 2007, p.64). Não se pode negar a grande contribuição do negro no nosso folclore, não só no desenvolvimento da economia como também no idioma, nos costumes, no traje, na religião, na culinária, na arte e também na música.

Ainda hoje no Brasil, as situações vividas pelos negros são marcadas por preconceito, discriminação e racismo o que às vezes se apresenta de forma sutil. As desigualdades sociais são caracterizadas por inferioridades raciais, o que talvez pudesse ser explicado pelas desigualdades econômicas. Pois a visão que se tem do negro carregada pela escravidão é que ele tem condições piores de vida em relação ao restante da população, “e esse dado histórico transforma-se em estigma, em marca indelével que transforma cor em maldição [...]” (FONSCECA, 2000, p.102). Sem falar que ao longo da História os negros foram impedidos de frequentarem as escolas, pois várias foram as estratégias montadas para dificultar sua permanência como, por exemplos o decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecendo que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno.

Diferentes estratégias foram estabelecidas com o intuito de impedir o acesso pleno da população negra aos bancos escolares. Mesmo após a Constituição de 1988, que buscava a democracia no âmbito do direito, ainda temos em nosso país uma realidade marcada pelo preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que sempre tiveram dificuldades de acesso e permanência nas escolas.

É importante esclarecer primeiramente o significado do termo racismo que segundo Borges, Medeiros e D’Adesky (2002, p.48) “é um comportamento de hostilidade e menosprezo em relação a pessoas ou grupos humanos cujas características intelectuais ou morais, consideradas “inferiores”, estariam diretamente relacionadas à suas características “raciais”, físicas ou biológicas [...]”. Os negros ao longo da História sofreram e vem sofrendo

racismo, pois são julgados inferiores em relação a outros povos que se avaliam superiores em virtude de sua cor e cultura. Isso acaba gerando uma visão negativa sobre si, que está presente na relação com o seu próprio corpo, o que contribuir na formação de uma baixa autoestima que é disseminada de forma sutil através da ideologia do branqueamento. A ideia de que o cabelo crespo é ruim, é difícil, enquanto o liso é bom, é sedoso, configura-se como uma das formas depreciativas em relação a uma parte do corpo do negro. Conforme Costa (1983) afirma,

Ter vários predicados considerados negativos faz com que a criança negra ou mestiça aprenda desde cedo que é diferente porque portadora de um rosto/ corpo/ cabelo que a faz pior que as outras crianças: mais feia, mais sem graça, mais pobre, mesmo que o não seja mais tipo para receber apelidos que a excluem do mundo dos outros diferentes dela. [...] se fortalece uma ideologia da cor que reforça uma ideologia do corpo e leva o sujeito negro a repudiar a sua cor, e, por extensão, o seu próprio corpo. (apud FONSECA, 2000, p.103).

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho inclui a análise dos recursos didáticos, da estrutura e ambiente escolar, do estudo do Projeto Político Pedagógico da Instituição (PPP) e aplicação de questionários com alguns profissionais da Instituição de Ensino. Responderam ao questionário o diretor da escola professor Valdemir Viegas, o diretor adjunto professor Osiel Pires, a coordenadora pedagógica Assunção Moreira e as professoras de História Maria dos Anjos Pinto e Rosa Cristina Pinheiro.

O presente trabalho tem como objetivo detectar como está sendo trabalhada a História Africana e Afro-Brasileira, analisar se a escola possui condições ideais para a construção de relações positivas entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, no sentido de respeito e da correção de posturas, atitudes e mentalidades preconceituosas.

2 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

2.1 A Lei 10.639/03 e o papel da Escola na Educação das Relações Étnico-Raciais

A legislação referente à Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil não é nova, as maiores dificuldades se apresentam na aplicabilidade das leis, devido à questão do preconceito e impedimentos de natureza jurídica em especial. A Constituição de 1988 garante a promoção de todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer forma de discriminação. Esta determinação é complementada tanto pelo Decreto 1904, de 1996 “que assegura a presença histórica das lutas dos negros na constituição do país [...]” (SILVA, 2007, p.41), como pela lei

7716, de 1999 “que regulamenta crimes de preconceito de raças e cor e estabelece penas aos atos discriminatórios.” (SILVA, 2007, p.41).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu artigo 26, particularmente no ensino de História do Brasil, o respeito aos valores culturais na educação e o repúdio ao racismo, faz isso ao determinar o estudo das contribuições das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro.

Temos o Movimento Negro como grande exemplo de resistência. Este realizou críticas e proposições ao sistema educacional, e em especial ao currículo, ao longo do século passado. Esta reação do Movimento Negro influenciou em certa medida as políticas educacionais como a Lei Federal Nº 10.639/03 que alterou a LDB.

A LDB, aprovada em 1996, documento básico que orienta a educação nacional e que começou a ser discutida após a promulgação da Constituição de 1988, apenas reproduziu os princípios sobre a temática expressos na Carta Magna: “Art. 242. § 1º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. (REGIS, 2009, p.63).

As propostas que reformulavam o ensino de História do Brasil e da obrigatoriedade do ensino da História das populações negras no Brasil em todos os níveis de ensino foram negadas, a justificativa dada a isso foi que uma base nacional comum não necessitaria da garantia da discussão sobre a temática na educação. A partir das propostas apresentadas, o §4º do Art.26 passa a ser redigido desta forma: O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

O pressuposto que no ensino de História deve-se apenas levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro está baseado no ideal de democracia racial de Gilberto Freyre. O que podemos destacar é que durante o processo de tramitação da LDB, a temática racial foi abordada a partir do ponto de vista da democracia racial, de uma sociedade monocultural, onde as diferenças foram eliminadas e as desigualdades são frutos da luta de classe. Ao longo do tempo a escola se mostrou como um aparelho reprodutor de valores, crenças, preconceitos e atitudes racistas em relação aos negros. Nesse contexto, a educação desenvolvida ao longo dos anos na escola não abordou a real importância dos negros para a formação social brasileira. A escola apenas reproduzia concepções distorcidas em relação aos africanos, o que por consequência acabou gerando uma série de preconceitos em relação ao negro, ao seu papel na sociedade e à sua cultura.

No entanto a Lei que contempla mais incisivamente a importância do estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira ainda estaria por vir. Em janeiro de 2003, o

Governo Federal sancionou a Lei nº 10.639/03, que modifica a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a implantação da mesma. A Lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Esta medida tem como objetivo resgatar a contribuição histórica dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. É importante ressaltar que a Lei não apenas faz referência a disciplina de História, mas sim a todo o currículo escolar, em especial as áreas de Educação Artística e Literatura e História Brasileira.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (BRASIL, 2004, p 35).

Neste momento, com a criação da Lei acima mencionada, foi destacado o novo papel da escola: o de desmistificar tudo o que por muito tempo ela vinha defendendo. Sendo assim, esse novo papel, que cabe ao ambiente escolar desenvolver, refere-se ao combate da discriminação racial através do reconhecimento e valorização da cultura africana, contribuindo para a formação de uma sociedade antirracista onde todos tenham de fato os mesmos direitos.

A escola tem o dever de introduzir no contexto dos estudos e atividades, contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, dos descendentes de asiáticos, de raiz africana e europeia. Conhecer a História da África e Afro-Brasileira fornecerá aos negros conhecimentos e segurança para que estes se orgulhem da sua origem africana. Permitirá que todos identifiquem a influência, a contribuição, a participação e a importância da História e da cultura dos negros na cultura afro-brasileira. Proporcionará o reconhecimento da dívida social que se tem em relação aos negros, possibilitando que todos possam tomar uma posição contra o racismo e a discriminação racial. Para tanto há a necessidade de professores qualificados para o ensino das relações de pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais.

Cabe salientarmos, que este não é apenas papel da escola, “depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas,

movimentos sociais, visto que as mudanças étnicas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam a escola.” (BRASIL, 2004, p.13).

Mas, a escola também tem papel fundamental, ao trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais de forma crítica para por fim as desigualdades sociais e raciais, pois as desigualdades e o racismo não nascem na escola, mas passam por ela, seja através de um comentário feito por um aluno, pelo professor e até mesmo nos livros didáticos e no currículo escolar. Esta pode, segundo Regis (2009, p. 66).

[...] suscitar a discussão sobre essa temática na escolarização, orientar a formação dos educadores e a própria seleção para os concursos públicos que vem integrando em sua bibliografia o tema da diferença, do multiculturalismo e da população negra, assim como possibilitar que mudanças mais profundas sejam reivindicadas.

Claro que a Lei não é suficiente para a alteração das relações étnico-raciais, porém se apresenta como um bom começo, apoiando a valorização, o reconhecimento e a afirmação dos direitos da comunidade negra na área educacional.

2.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Devido à necessidade da regulamentação da Lei nº 10.639/03 após sua promulgação em janeiro de 2003, foi estabelecido um grupo de trabalho composto por representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE); do Ministério da Educação (MEC); da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e da Fundação Cultural Palmares. O grupo foi responsável pela aprovação do parecer 03/2004, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que regulamentou a LDB.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é um documento que se constitui em:

[...] orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e tem por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática. (BRASIL, 2004, p.31).

Com a Lei 10.639/03, pretende-se verificar até que ponto as políticas de ações afirmativas ajudaram ou impediram a luta contra as desigualdades sociais. “O objetivo da

ação afirmativa é promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade [...]” (BORGES; MEDEIROS; D’ADESKY, 2002, p.68).

Sendo assim,

A obrigatoriedade de inclusão de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a seus direitos [...]. (BRASIL, 2004, p.17).

Esta medida nos mostra que é preciso valorizar devidamente a História e Cultura do povo negro, além de reparar danos, que ocorrem há cinco séculos, não só em relação à identidade, mas também aos direitos. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica implica fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. É imediata a necessidade da formação de profissionais aptos a ministrar as disciplinas referentes às temáticas apontadas pela Lei. As Diretrizes apontam para a inclusão da discussão da questão racial no currículo dos cursos de licenciatura. Apesar das Diretrizes e a Resolução I do Conselho Nacional de Educação (CNE) afirmarem que as Instituições de Ensino Superior devem incluir a Educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos que ministram, ainda é evidente a insuficiência desses cursos no que se refere ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Segundo o conselho Nacional de Educação:

[...] as Instituições de Ensino Superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes. (BRASIL, 2004, p.31).

Portanto é urgente a inclusão das disciplinas de História Africana e Cultura Africana, assim como História Afro-Brasileira e Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos cursos de nível superior.

Em suma, trata-se de inserir, na grade curricular dos cursos relacionados às humanidades (Letras, História, Geografia, Sociologia etc), abordagens multidisciplinares de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana, com vista à ampliação do foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social; ao conhecimento e valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira e africana; à democratização do acesso às informações acerca da história e da cultura brasileira, objetivando a afirmação identitária do afro-brasileiro; à inserção nos estudos da história e na cultura

brasileira da contribuição dos afro-brasileiros e dos africanos, conferindo maior diversidade à nossa tradição e reorganizando valores, significados e representações culturais, em especial no campo literário. (SILVA, 2007, p. 45).

Cabe salientarmos que a importância do estudo de temas decorrentes da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana não está restrita a população negra, mas diz respeito a todos os brasileiros, pois todos devemos nos educar como cidadãos atuantes em meio à sociedade multicultural e pluriétnica existente em nosso país para sermos capazes de construir uma nação democrática.

Essa educação multicultural pressupõe, evidentemente, modos de atuação diversos, num constante diálogo com a sociedade, com a intenção deliberada de desfazer preconceitos, promover a igualdade de oportunidades e adotar políticas de valorização de culturas historicamente marginalizadas.

Assim, educar para uma sociedade pluriétnica compreende fomentar práticas sociais voltadas para a convivência plena dos cidadãos; incentivar programas de inclusão socioeducacional; desenvolver políticas de reparação, por meio de ações afirmativas diversas; valorizar o patrimônio histórico-cultural das etnias marginalizadas; enfim, implementar ações que, superando os preconceitos historicamente forjados e as discriminações tradicionalmente toleradas, resgatem a autoestima, o universo simbólico, a cidadania e a identidade racial das comunidades que compõem a sociedade brasileira, particularmente os afrodescendentes. (SILVA, 2007, p. 42-43).

Dentre as orientações das Diretrizes temos: a inclusão no contexto dos estudos e atividades, as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. Lembremos que não se trata apenas da inclusão de conteúdos, mas que se repensem as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos ocultos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Segundo as orientações das Diretrizes, competirá aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, constituir conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, envolvendo os diferentes componentes curriculares. Será de responsabilidade dos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras abastecer as escolas, bem como os professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, sem deixar de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, com o intuito de evitar que questões tão complexas sejam abordadas de modo resumido, incompleto ou com erros. Percebemos que as atribuições dadas ao corpo docente da escola e demais componentes são bem complexas o que torna evidente a necessidade de que estes sejam preparados para assumir tais responsabilidades. Não podemos esquecer de que o material bibliográfico para se trabalhar a temática deve ser disponibilizado aos professores e alunos, principalmente porque estes podem ter dificuldades de acesso a esses materiais.

Os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, os princípios a seguir explicitados para conduzir suas ações: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações. Os princípios mencionados mostram que a qualificação profissional deve ser disponibilizada ou incentivada para que estes realmente sejam aplicados.

3 O CURRÍCULO E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O currículo se configura como uma prática social complexa, construída historicamente, atrelada as relações econômicas, políticas, sociais e culturais. O fato é que as instituições educacionais transmitem uma determinada cultura, esta cultura se relaciona com o contexto onde estão situadas ela própria e as instituições escolares. O currículo tende a expressar o conflito de interesses e os valores dominantes que conduzem a escolarização.

A escola em geral, ou um determinado nível educativo ou tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo [...]. (SACRISTÁN, 2000, p.17).

Como no processo de construção do currículo há a valorização de uma determinada cultura em detrimento da outra, apenas alguns elementos culturais são colocados como valiosos. Assim a escola com seu papel de formadora e socializadora, transmite determinados conhecimentos, atitudes, hábitos e valores que são difundidos pelos currículos. Desta forma os elementos culturais escolhidos para integrarem os currículos escolares estão relacionados aos interesses dominantes de cada sociedade.

A educação escolar como processo de formação e de socialização supõe a transmissão de conhecimentos, atitudes, hábitos e valores veiculados pelos currículos. Desta maneira, nem todos os elementos culturais são igualmente desejáveis e percebidos como de mesmo valor. A transmissão cultural pressupõe a permanência mesmo que relativa e a percepção do que é considerado valioso. (REGIS, 2009, p. 43).

A cultura não se configura como algo uniforme e imutável, ela varia de uma sociedade para outra, assim como de um grupo a outro em uma mesma sociedade. Baseado nisto a educação não pode transmitir a cultura entendida como um patrimônio simbólico unitário e impreterivelmente coerente. A escola vai transmitir algo da cultura. Assim,

podemos nos perguntar: Que cultura selecionada é essa? A quem pertence o conhecimento considerado como válido para compor os currículos escolares, dentro de um enorme leque de possibilidades? Essas questões são muito importantes para a tomada de consciência da posição cultural, econômica e política da escola. No entanto apenas formular essas questões não basta.

O currículo é uma seleção que compreende e reflete os interesses e concepções pertencentes aos grupos dominantes, mesmo que isso não ocorra de forma absoluta. O conhecimento que compõem o currículo é um conhecimento transmitido como se fosse universal. Desse modo os currículos não transmitem meramente o conhecimento acumulado pela humanidade, ele tem sido predominantemente branco, masculino, heterossexual, cristão, eurocêntrico e capitalista. De fato não se tem como inserir toda a cultura da humanidade no período de escolarização, no entanto temos que buscar a construção de um currículo mais imparcial. Há é claro a necessidade de se fazer uma seleção dos conteúdos para compor o currículo, mas essa escolha precisa ser mais democrática. Há uma necessidade de se ampliar as discussões sobre metodologias e formação dos educadores, assim como novos valores e objetivos para a educação escolar. Isso se caracteriza como um pequeno, no entanto importante passo para a construção de uma educação mais democrática.

Os conteúdos curriculares tendem a omitir ou distorcer a participação do negro na sociedade brasileira. No entanto a História da população negra constitui a História do Brasil, e não é menos importante que os demais componentes. Não se pode reduzir a incorporação dessa temática apenas a menção do dia da Consciência Negra ou a se trabalhar com algumas personalidades negras, como Zumbi dos Palmares, Luis Gama ou Luiza Mahim, apesar disso representar um avanço.

Os conteúdos curriculares omitem e /ou distorcem a participação dos negros na sociedade brasileira, mas a História cultural, econômica, política e social da população negra não ocorreu à margem ou paralelamente à História cultural, econômica, política e social da sociedade brasileira. Ela é História do Brasil. (REGIS, 2009, p.45).

O que se configura como realidade do currículo escolar, é a falta de conteúdos que abordam a cultura afro-brasileira e a História do período anterior à escravidão, ou seja, a História dos povos africanos. Exemplo claro é o fato de que acaba por contribuir para a negação do conhecimento da nossa própria identidade, pois o racismo “se expressa de múltiplas formas: negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da nossa filosofia de vida, de nossa posição no mundo [...] da nossa humanidade.” (CAVALLEIRO, 2001, p.7).

Nesse contexto, cabe ao ambiente escolar garantir a todos o direito a educação de forma igualitária, principalmente a aqueles que foram historicamente excluídos dos bancos escolares e julgados inferiores, trabalhando a Educação das relações Étnico-Raciais para garantir na formação de cidadãos com condições de dividirem os mesmos espaços sem distinção de cor, raça, credo ou religião.

Segundo Gomes (2001) a educação cidadã é a educação que leva em consideração a revisão do currículo, a construção de uma relação respeitosa e ética entre professores e alunos, que entende o aluno como sujeito sociocultural e não somente como sujeito cognitivo, compreende que o sujeito presente na escola possui diferentes visões de mundo. Assim, pensar na articulação entre cidadania, raça e educação é ter uma postura política e pedagógica, é pensar que é necessário estabelecer vínculos entre a vivência sociocultural, o processo de desenvolvimento e o conhecimento adquirido na escola. Pois,

[...] é o meio sociocultural que nos dá as bases para a nossa inserção no mundo. Ele é o lugar das nossas tradições, dos nossos costumes, dos nossos valores, das crenças que, na maioria das vezes, se chocam com os valores da escola. É nesse meio que o/a aluno/a negro/a desenvolve o complexo processo de construção das identidades sociais. E a racial é uma delas. Conhecer, respeitar e tratar pedagogicamente essas diferentes experiências socioculturais é um dos passos para a construção de uma escola democrática [...]. (GOMES, 2001, p.91).

Assim, essa troca de experiências realizada através do diálogo entre as diferentes culturas possibilita aos sujeitos a oportunidade de conhecer e respeitar essa diversidade cultural existente no ambiente escolar, contribuindo na formação de verdadeiros cidadãos.

A ideia de hegemonia eurocêntrica se reflete nas instituições educacionais através dos currículos. Nestes a cultura dominante é percebida como a cultura válida para a transmissão cultural, sendo ininterruptamente legitimada e reafirmada pelos currículos escolares. Os currículos difundem conhecimentos, valores, normas, atitudes, como se estes fossem neutros. Podemos verificar que os sistemas educacionais/escolares, assim como os currículos, se configuram como produções históricas.

O eurocentrismo consiste em estabelecer como universalidade abstrata humana, em geral, ocasiões da particularidade europeia. A cultura a civilização, a filosofia, a subjetividade, etc., moderna-europeias foram consideradas como a cultura, a civilização, a filosofia, a subjetividade, etc. sem mais. (REGIS, 2009, p.46).

O predomínio do referencial eurocêntrico e a população branca entendida como o padrão de normalidade nas instituições educacionais apresentam-se como a única forma provável de construção da realidade. Os conflitos são encobertos para que esse referencial se tornasse e permanecesse hegemônico. Assim, podemos dizer que há uma educação para as

relações étnico-raciais, no entanto, ela é baseada no pressuposto de que a população branca se caracteriza como o referencial valioso a ser seguido. Quando se trata da análise das relações étnico-raciais ou dos currículos escolares é imprescindível não desconsiderar a desigualdade política, econômica e social da população negra em relação à população branca na sociedade brasileira. Além do fato de tais desigualdades serem em certa medida legitimadas como naturais e reafirmadas constantemente por meio dos currículos escolares.

Quando se discute a educação das relações étnico-raciais assimétricas nos currículos escolares é necessário considerar as relações estabelecidas entre sociedade e escola, já que a mesma está estruturada a partir dos valores dominantes. O fato é que a população negra vem sendo duplamente vitimada. “As diferenças étnico-raciais, estratificadas pelas relações de poder, configuram-se em desigualdades e não podem ser pensadas desconectadas das relações sociopolíticas e econômicas mais amplas” (REGIS, 2009, p.49).

No que se refere ao livro didático, “denunciam a sedimentação de papéis sociais subalternos e a reificação de estereótipos racistas, padronizados pelas personagens negras [...]” (SILVA, 2001, p.65). Ou seja, refere-se a práticas que afetam crianças e adolescentes brancas e negras em seu desenvolvimento, formando uma imagem negativa do segundo grupo pelo primeiro e contribui na formação de uma baixa autoestima no segundo grupo, dificultando em ambos o seu relacionamento e a troca de experiência.

Nesse sentido a História da África deve ser reescrita, pois durante muito tempo e até hoje esta foi deixada de lado, vista como sem grande importância. Além dos estudos históricos serem poucos, ainda retratam a África de forma desfigurada, massacrada, sendo projetada uma imagem da miséria, da barbárie e do caos. Há, portanto, a necessidade de se ressuscitar a África que foi esquecida ou ainda não conhecida. Não se pode negar que a História da África é pouco conhecida. Precisamos contar a História verdadeira, mudar o discurso que durante tanto tempo vem sendo reproduzido. Precisamos criar uma nova consciência a respeito da África, dos africanos e dos descendentes de africanos. Não podemos mais generalizar, não podemos disseminar a ideia de uma única África e sim de todas as nações, povos, culturas que a compõem e reconhecer como esta diversidade se faz presente em nosso país de maneira geral e local.

O que constatamos é que os conteúdos curriculares transmitidos, em especial, pelos livros didáticos, tratam a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros como se essas questões não tivessem muita importância para integrarem os currículos escolares. Esses materiais são de grande importância para a transmissão dos conhecimentos escolares, portanto não podem ser desprezados. O livro didático além de ser, muitas vezes, o único ou

principal recurso de estudo para os alunos, também se configura como a principal fonte de apoio pedagógico para os professores em escolas onde são escassos os materiais pedagógicos.

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se a única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. (SILVA, 2003, p.19).

Mesmo que os professores possuam certa autonomia na elaboração do currículo que será praticado na realidade concreta das salas de aulas, podemos citar vários fatores que nos mostram a necessidade de elaborações mais concretas e precisas dos currículos, como os materiais didáticos, para a realização do trabalho docente. Um dos fatores é a complexidade da prática pedagógica, onde os professores precisam lidar com uma variedade de conteúdos e atividades, além de lidar com um currículo escolar que deve atender diversas necessidades de ordem social e cultural. A competência profissional do professor compreende a posse de conhecimentos e habilidades muito diversos, então ao planejar sua prática, este não pode partir em todas as ocasiões da consideração de todos esses princípios e saberes dispersos que resultam de vários âmbitos de pesquisa e criação cultural, elaborando ele mesmo o currículo. A formação docente habitualmente também não se apresenta como a mais adequada para a elaboração do plano de sua própria prática docente, por tecnicamente não estar suficientemente bem estruturada e também pela suposição de que esta competência possa ser substituída por outros meios. O trabalho docente geralmente não dispõe de condições apropriadas para que se possa realizar o planejamento de sua própria prática, entre essas condições podemos citar o grande número de alunos atendidos e a burocracia que caminham lado a lado com as tarefas de ensinar e planejar.

O livro didático deve ser alvo de reflexão ao se debater sobre os currículos que são concretizados pelas instituições educacionais, pois este se configura como um dos principais elementos definidores da prática curricular. Desta forma o livro didático deve fazer parte da reflexão sobre como se apresentam as relações étnico-raciais nos currículos escolares.

A esse respeito, Sant' Ana (2005), pontua questões consideradas preconceituosas, que frequentemente estão presentes nos livros como, por exemplo, quando nos textos se discute a formação étnica brasileira, são destacadas a população negra e a indígena. Ocorre muito o fato dos brancos não serem citados, pois já é pressuposto; fala-se no negro e do índio, como se estes não existissem mais, pois são mencionados no passado; sem falar que os textos levam a pensar que os brancos são mais bonitos que os negros; os textos de História e Estudos Sociais fazem referência simplesmente às contribuições tradicionais dos povos africanos.

Os materiais didáticos e paradidáticos utilizados em sala de aula tendem a apresentar o branco como referência positiva, desta maneira estes materiais se revelam como mecanismos do processo discriminatório no cotidiano das escolas. “[...] quase sem exceção, os negros apareciam nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social” (CAVALEIRO, 2005, p.13).

Essa recorrente associação da população negra ao período da escravidão e a uma suposta submissão acarreta a naturalização de uma falsa subalternidade da população negra. Segundo pesquisas, um dos conteúdos de História e Cultura Africana mais aprendido é a temática da escravidão africana, revelando assim que as instituições educacionais ainda focalizam esse aspecto. Contudo são muitas as críticas feitas a esses materiais pelo Movimento Negro, mas apesar disso e das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), visões preconceituosas continuam sendo transmitidas por meio dos livros didáticos. Podemos perceber que na escola não há contato com um material didático que represente a diversidade racial, de modo positivo e significativo na sociedade brasileira.

Essa perspectiva eurocêntrica que vem servindo de alicerce para a construção dos currículos se faz presente nas relações interpessoais no cotidiano escolar, disseminando normas, valores, comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação à população negra. Isso gera interferências negativas quanto ao desenvolvimento intelectual durante a trajetória educacional. Essas ações são incorporadas aos currículos, pois as mesmas se atrelam a aprendizagem dos educandos.

Situações de conflitos, xingamentos, discussões, ofensas verbais e agressões físicas originadas pelo preconceito, muitas vezes são menosprezadas ao se debater a questão do racismo. Os profissionais das escolas, em geral, estão despreparados para lidar com essas situações, que são dificultadas quando associadas a outras formas de discriminação, como as de gênero, e de classe social, resultando em práticas semelhantes para resolver situações diferentes. Existem fatores que beneficiam a interiorização e solidificação das ideias preconceituosas e conseqüentemente das atitudes discriminatórias contra os estudantes negros. Práticas como ironias, apelidos, dissimulações, xingamentos, além de consolidar e perpetuar o preconceito e a discriminação racial caracterizam-se como práticas que visam a retirada da humanidade dos negros, com o intuito de transformá-los em animais ou coisas.

Podemos citar inúmeros malefícios causados pelo racismo, o preconceito racial e a discriminação racial que vivenciamos no Brasil e em especial no nosso sistema educacional. Entre esses malefícios às pessoas negras temos: a autorrejeição, o desenvolvimento de baixa

autoestima sem reconhecimento da capacidade pessoal, timidez, rejeição de seu outro igual racialmente, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; dificuldade no processo de ensino/aprendizagem, ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial, recusa em ir à escola e por consequência à evasão escolar.

Esse currículo que proporciona todos os malefícios a população negra também provoca no branco o sentimento de superioridade, criando assim um círculo que reforça a discriminação racial no cotidiano das escolas e em outros espaços da esfera pública. Nos currículos há uma disputa entre o que é considerado legítimo a ser ensinado e daquilo que o currículo exclui, por exemplo, a população negra. Assim as instituições escolares, com seus conflitos e contradições, geram resistências através das críticas ao currículo hegemônico.

A discussão sobre a educação das relações étnico-raciais nos currículos escolares ganhou impulso com a alteração da LDB pela Lei 10.639, de janeiro de 2003. Sendo que a obrigatoriedade de se estudar os temas remissivos a cultura africana não diz respeito apenas à população negra, mas sim a todos que buscam a melhoria e formação de uma sociedade democrática.

A obrigatoriedade da lei 10.639/03 é resultado do esforço de vários educadores e pesquisadores de vários lugares do país, que sempre lutaram por uma educação pluriétnica, em especial aos alunos afro-brasileiros para que estes desenvolvam autoestima positiva, já que por muitos anos a História dos africanos e descendentes foi contada e ainda se faz presente, em alguns livros didáticos de forma discriminatória. “A inserção da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos, através da Lei não será percebida como válida para ser transmitida se o referencial euro-ocidental não for questionado” (REGIS, 2009. p. 67).

A questão não é substituir um etnocentrismo, no caso o eurocentrismo, por outro, mas de pensar em um currículo que valorize igualmente as diferentes cosmovisões e referenciais culturais. Repensando o currículo, estamos repensando também as relações de poder que hierarquizam as diferentes culturas, com a destruição das ideologias que mantêm esta hierarquia transformaríamos as condições de vida da maioria da população. Não se pode reduzir a Cultura e a História dos negros brasileiros a acréscimos a cultura dominante, como no ponto de vista do multiculturalismo conservador que faz uso do termo diversidade para disfarçar a ideologia de assimilação que é a base dessa percepção.

O multiculturalismo conservador deseja assimilar os estudantes a uma ordem social injusta ao argumentar que todo membro de todo grupo étnico pode colher os benefícios econômicos das ideologias neocoloniais e de suas práticas econômicas e sociais correspondentes. Mas, um pré-requisito para juntar-se a turma é desnudar-se, desracializar-se e despir-se de sua própria cultura. (MCLAREN, 2000, p. 115).

As diferenças são construídas historicamente, devem ser entendidas como diferenças políticas. Para a efetivação de uma educação para a igualdade racial precisamos modificar as relações étnico-raciais e socioeconômicas no Brasil. Sousa e Croso (2007) destacam três aspectos essenciais para o reconhecimento das diferenças e para a construção da igualdade de direitos.

Primeiramente precisamos compreender a complexidade das relações raciais no Brasil, para isso necessitamos entender profundamente como são construídas histórica e socialmente as concepções racistas e como se dão as práticas preconceituosas e discriminatórias, que muitas vezes são silenciosas ou silenciadas e tidas como naturais. Torna-se difícil planejar estratégias de combate a algo que supostamente não existe.

É extremamente necessário desmistificar o mito da democracia racial, pois esta encobre os conflitos e contradições, por meio da ideia de existência de igualdade. Negando essas diferenças abre-se espaço para que apenas os valores de um grupo sejam enaltecidos em detrimento de outros. Não se pode deixar de reconhecer que na sociedade brasileira, o racismo, o preconceito e a discriminação racial são responsáveis pela estruturação das relações sociais, assim ocorre à hierarquização das diferenças. Isso se revela nas pesquisas que comprovam as desigualdades entre brancos e negros.

É importante destacar que existem duas formas para combater a discriminação e o preconceito. Uma delas é a legislação penal que já existe no Brasil onde consta uma série de leis para punir a discriminação, inclusive o racismo, que segundo o Art. 5º da Constituição Brasileira é crime inafiançável e se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive a escola. Outra forma “é a de promover ativamente a igualdade de oportunidade para todos, criando mecanismos para que pessoas pertencentes a grupos discriminados possam competir em igualdade de condições por vagas nas instituições de ensino superior e no mercado de trabalho [...]” (BORGES; MEDEIROS; D’ADESKY, 2002, p.64).

Diante desse contexto, não basta apenas se criar leis, pois a realidade prova que é necessário empreender esforços para que as leis sejam realmente aplicadas, devemos levar em consideração todos os aspectos inerentes para sua aplicabilidade como o reconhecimento, a valorização, a identidade, a discriminação e os preconceitos sofridos pelos afro-brasileiros. Nesse sentido, é necessário ter profissionais capacitados para aplicar de fato a lei no ambiente escolar.

4 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E NA ESCOLA CENTRO DE ENSINO PROF. RUBEM ALMEIDA

4.1 C. E. Prof. Rubem Almeida e suas características gerais

A instituição de ensino Prof. Rubem Almeida é uma escola da rede estadual do Maranhão do município de Pinheiro, atualmente a escola funciona no prédio da escola municipal João Mariano. A escola está localizada na Travessa João Albino, no bairro Antigo Aeroporto. A mesma funciona no turno matutino e vespertino, na modalidade de Ensino Médio Regular.

O Centro de Ensino Professor Rubem Almeida, foi criado a partir de uma proposta do Governo Federal, sendo inaugurado em 20 de fevereiro de 1994, tendo como objetivo geral a educação de crianças e jovens para o exercício consciente da cidadania, formando-os para contribuir no desenvolvimento da cidade.

Em 2012 a escola passou a funcionar apenas com o Ensino Médio devido ao reordenamento da rede. A escola deixou um prédio com uma das melhores estruturas físicas da rede estadual de Pinheiro, passando a funcionar em salas de aula do Colégio Pinheirense. O antigo prédio do CAIC ainda não recebeu a reforma que necessita para que a escola possa voltar a funcionar no prédio de origem, devido a isto a escola foi remanejada para a Escola Municipal João Mariano, onde dispõe de 05 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala de informática, 01 secretaria, 01 sala de direção e 01 cozinha.

A escola tem como gestor atual o professor Valdemir Sodré Viegas e os diretores adjuntos Osiel Matos Pires e Maria Antônia Melo da Silva, a coordenadora pedagógica é professora Assunção de Maria Moreira. A escola além de atender alunos da área urbana atende a muitos da área rural. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a mesma tem como objetivo geral: Fortalecer a gestão escolar, criando condições reais para enriquecer o processo de construção do conhecimento através de integração escola e família, e da dinamização das práticas pedagógicas, com vistas à elevação do padrão de rendimento escolar. Como objetivos específicos a escola visa: reestruturar o ambiente físico e patrimonial para proporcionar um espaço humanizado para a apreensão de saberes; melhorar o funcionamento dos diversos setores escolares a partir de pequenos reparos e reordenamento de espaços físicos; dinamizar o desenvolvimento de projeto de leitura para o desempenho de competências leitoras na educação básica; incentivar a participação da família na escola através da realização de atitudes integradoras; incentivar o protagonismo estadual através de metodologias de projetos contextualizados a partir de temáticas diversificadas; estimular a participação de alunos em concursos, olimpíadas nacionais e provas externas.

No PPP da instituição de ensino consta que a escola tem como missão garantir um ensino de qualidade através do fortalecimento das práticas pedagógicas, buscando assegurar atendimento efetivo as necessidades e expectativas dos alunos e comunidade. Para isso visa a Igualdade, que assegura a todos, sem distinção, o acesso e permanência na escola, oferecendo a todos um ensino de qualidade; a Liberdade que assegura ao aluno a oportunidade de expressar suas ideias, valores, considerando suas experiências adquiridas no dia a dia; uma Gestão Democrática onde se trabalhe de forma participativa, cabendo a todos a tomada de decisões no processo educativo; a Participação Coletiva, fundamental no processo por proporcionar uma ação democrática que será trabalhada no cotidiano da escola cabendo a todos assumir a responsabilidade.

4.2 A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana no Centro de Ensino Prof. Rubem Almeida

O processo enfrentado até a promulgação da lei 10.639/03 foi longo, no entanto fazer a lei sair do papel se apresenta como um desafio maior ainda, pois a existência da lei não garante sua efetiva adoção nas escolas públicas e privadas do país.

A efetivação e a implementação de leis no campo educacional dependem em grande medida de um conjunto de condições que lhes permitam a realização plena. Nesse cenário, a escola tem sido considerada historicamente um espaço de repercussão e reprodução do racismo. Como mostra sua história e revelam as dinâmicas sociais produzidas nesse lócus, trata-se de uma instituição que dificilmente consegue lidar com identidades forjadas num contexto de diversidade, reconhecendo-as e tratandossas de forma igualitária e digna, e com saberes e patrimônios culturais produzidos pelos grupos étnico-raciais do país. (GOMES, 2001, p.24).

Para a real adoção da lei e sua concretização em práticas pedagógicas voltadas para a educação e para a diversidade há a necessidade da reorganização da escola, numa perspectiva emancipatória. Precisa-se fazer uma revisão da cultura escolar, assim como dos currículos, das práticas pedagógicas. Necessitamos repensar as relações sociais entre os envolvidos nesse processo, dando ênfase a especificidade do segmento negro da população. Transformação que diz respeito ao reconhecimento da educação como um direito de todos e, por conseguinte, da população negra.

Com o objetivo de verificar a efetivação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História Africana e Afro-Brasileira foram aplicados 05 questionários com funcionários da escola Prof. Rubem Almeida, sendo 02 aplicados aos gestores, 02 às professoras de História e 01 à coordenadora pedagógica.

Esta pesquisa foi realizada por meio da análise da escola, através do estudo do PPP e aplicação de questionários com alguns profissionais da instituição de ensino. Responderam o questionário o diretor da escola professor Valdemir Viegas, o diretor adjunto professor Osiel Pires, a coordenadora pedagógica Assunção Moreira e as professoras de História Maria dos Anjos Pinto e Rosa Cristina Pinheiro.

Os questionários aplicados aos profissionais da escola continham perguntas relacionadas ao conhecimento dos funcionários sobre a Lei 10.639/03 e a opinião dos mesmos a respeito de sua importância. Foi questionado se os profissionais já tiveram acesso a livros sobre a temática da Educação das Relações Étnico-raciais e História Africana e Afro-Brasileira na biblioteca da escola, se os funcionários já participaram de capacitação para trabalhar a temática na escola e em sala de aula. Perguntamos se a escola já realizou ou realiza eventos voltados para a Educação das Relações Étnico-Raciais e História da África e Afro-Brasileira e quais foram esses eventos. O questionário também abordou a questão do livro didático e currículo, nesse caso perguntamos se os livros de História utilizados pelos professores e alunos apresentam conteúdos sobre a História da África e Afro-Brasileira, além de questioná-los a respeito da abordagem feita pelos livros. Buscamos saber se os alunos demonstram interesse ou conhecimento a respeito da temática. Outra questão importante investigou se os profissionais tem conhecimento de conflitos entre os alunos devido à diversidade racial existente entre eles. Já finalizando o questionário, perguntamos quais as dificuldades existentes para se trabalhar a História da África e Afro-Brasileira na escola, quais as percepções dos educadores a respeito da questão étnico-racial no Brasil. Por fim, questionamos qual a melhor forma de se trabalhar as a Educação das Relações Étnico-Raciais e a História Africana e Afro-Brasileira na educação e quais as sugestões dos educadores.

Ao responderem a questão sobre o conhecimento deles da existência da Lei que torna obrigatório o ensino de História da África e Afro-Brasileira na educação básica todos responderam que sim, destacando sua importância. Para o diretor Valdemir Viegas a Lei é importante, pois a mesma defende o acesso dos estudantes a real História brasileira e essa História verdadeira desperta a consciência e pode contribuir para o fim do preconceito. Para o diretor adjunto Osiel Pires a Lei se constitui em um elemento fundamental no processo de construção ou reconstrução das configurações da sociedade brasileira, daí sua importância. A coordenadora pedagógica da escola Assunção Moreira destacou a importância da Lei na vida das crianças e jovens afro-brasileiros e para as demais etnias, pois a Lei proporciona um resgate social, político e cultural de um grupo que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do nosso país, trazendo de outro continente as raízes históricas e culturais

dos seus antepassados, a Lei traz para o bojo das escolas o conhecimento, a dignidade, o respeito e a valorização do ser humano. Segundo a professora Maria dos Anjos a Lei tem grande importância por tornar o ensino de História Africana e Afro-Brasileira obrigatório e assim proporcionar aos educandos e até mesmo a sociedade ampla conhecimento sobre esta História. Já para professora Rosa Cristina a Lei é uma grande conquista para a educação, destacou que hoje pode contar, mesmo com pouco recurso, com a liberdade de tratar a temática, que é tão importante. Para ela a questão étnico-racial valoriza a participação do negro no âmbito cultural, econômico, político e social.

Ao responderem a questão sobre o acesso a livros que tratam da temática na biblioteca da escola, os educadores disseram que a biblioteca dispõe de livros sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e sobre História da África e Afro-Brasileira, no entanto são poucos os livros. O diretor Valdemir disse que nunca procurou livros sobre o tema na biblioteca, mas sabe que esta dispõe de alguns, segundo os professores. O diretor adjunto Osiel já teve acesso aos livros sobre a temática na biblioteca. Já a coordenadora pedagógica Assunção disse não ter procurado livros que abordem a temática, já que começou a trabalhar recentemente na instituição, mas sabe que a escola dispõe dos mesmos, segundo professores. A professora Maria dos Anjos destacou que tem acesso na biblioteca da escola a livros do Projeto Araribá, A Cor da Cultura e do Projeto Mojubá, além da Enciclopédia da UNESCO Síntese da Coleção História Geral e da África. A professora Rosa Cristina somente destacou que a biblioteca tem poucos exemplares sobre o tema.

Sobre capacitação para se trabalhar a História da África e Afro-Brasileira, o diretor Valdemir fez cursos de capacitação pela Fundação Bradesco e pela UFMA. O diretor adjunto Osiel já dispõe da capacitação, recebida em outra escola que tem parceria com a Universidade Federal do Maranhão, através do PIBID interdisciplinar. A coordenadora pedagógica Assunção destacou que dispõe de conhecimentos adquiridos através de leituras de livros, artigos, revistas e documentários. A professora Rosa Cristina relatou ter conhecimentos sobre a temática adquiridos através de pesquisas individuais. Já a professora Maria dos Anjos já participou de capacitação, no entanto adquiriu maior conhecimento sobre a temática na Universidade, por meio da disciplina “A África na escola”.

Ao responderem a questão sobre eventos realizados na escola sobre a temática, foi destacado que a escola realizou eventos nos últimos anos, mas estes só ocorrem no período da Semana da Consciência Negra. A professora Rosa Cristina apontou um projeto realizado no ano de 2015, chamado “África: uma história milenar”, no entanto este foi realizado em um curto período, somente na Semana da Consciência Negra. A professora Maria dos Anjos citou

os eventos da Semana da Consciência Negra e acrescentou que a temática também é abordada em sala, por meio de pesquisas e apresentação de trabalhos lúdicos, entre outras atividades.

O questionário abordou a questão do livro didático, foi perguntado se os livros didáticos de História utilizados pelos alunos tratam da História da África e Afro-Brasileira. Os diretores Valdemir e Osiel responderam que acreditam que sim, a coordenadora pedagógica Assunção disse desconhecer. Já as professoras de História da escola disseram que os livros tratam a temática. A professora Rosa Cristina destacou que alguns livros já retratam o papel do negro como agente participante do processo histórico, para a formação política e cultural da sociedade brasileira.

Buscamos detectar, por meio dos questionários, conflitos entre os alunos devido à diversidade racial existente na escola. O diretor Valdemir relatou que nunca percebeu conflitos por esse motivo, mas que isso não significa que eles não existam. O diretor Osiel destacou que são vários os conflitos entre os alunos, por causa de atitudes racistas que ainda vigoram dentro da escola. A coordenadora pedagógica Assunção disse que não presenciou e não tem conhecimento até então de conflitos dessa origem. A professora Maria dos Anjos relatou que nos últimos anos não tem presenciado conflitos intensos gerados pelo preconceito, mas disse que estes existem e ocorrem de forma mascarada, velada. A professora Rosa Cristina disse que não percebe esse tipo de conflito entre os alunos.

A respeito do interesse dos alunos pela temática, tivemos respostas opostas das professoras do turno matutino e vespertino, segundo a professora Maria dos Anjos os alunos do turno da manhã se apresentam como grandes colaboradores e multiplicadores da temática, portanto demonstram interesse e conhecimento a respeito. Já a professora Rosa Cristina disse que os alunos do turno da tarde não demonstram interesse na temática e não se preocupam em conhecê-la. O diretor Valdemir percebe os alunos como bem interessados na temática e entusiasmados com as atividades da Semana da Consciência Negra, valorizando os conhecimentos adquiridos. O diretor Osiel destacou que os momentos de discussão são tão poucos que o interesse dos alunos passa despercebido.

Quanto à dificuldade em se trabalhar a História da África e Afro-Brasileira a coordenadora pedagógica Assunção relatou o seguinte: “A maior dificuldade para se trabalhar com a temática é a falta de materiais relacionados à cultura afro nas escolas, os conteúdos dos livros didáticos de História relacionados ao nosso país e ao nosso Estado do Maranhão é muito restrito. Na verdade o currículo deixa muito a desejar, quando não se tem um planejamento organizado”. Para o diretor Valdemir a maior dificuldade é o fato de nossa História ser divulgada segundo o olhar dos brancos, além da falta de materiais (poucas

publicações) e o difícil acesso a esse material. O diretor adjunto Osiel citou a falta de conhecimento da Lei 10.639/03, a falta de capacitação para todos os segmentos da escola, falta de material didático e paradidático, que abordem realmente a temática. Para a professora Maria dos Anjos a maior dificuldade é a falta de capacitação para que o educador trabalhe pautado em estudos científicos. A professora Rosa Cristina destacou apenas a escassez de material.

Quanto a percepção dos educadores da escola a respeito da questão étnico-racial no Brasil, o diretor Valdemir relata que as relações estão mais harmoniosas comparadas há tempos passados. Para Osiel somente a promulgação da Lei 10.639/03 não basta para ocorrer, de fato, uma mudança curricular na escola, na formação e na prática dos profissionais da educação. Para ele: “Ela (a lei) estabelece o embate e as posições sobre o tema, através de discussão, reflexão sobre os diversos eventos do cotidiano escolar”. A professora Assunção mencionou que “Mediante ao desenvolvimento sócio-político do nosso país, da globalização e dos conflitos que vemos hoje no século XXI, precisamos manter a paz e harmonia entre os grupos étnicos, respeitando e valorizando o multiculturalismo existente em nosso Brasil, sem preconceito e sem discriminação”.

Para a professora Rosa Cristina, o preconceito ainda continua velado, portanto a temática deve ser trabalhada desde as séries iniciais. A professora Maria dos Anjos destacou que infelizmente foi preciso o governo criar leis para que os afro-brasileiros tivessem direitos, como ingressar na faculdade, já os descendentes de europeus ocupam os melhores lugares na sociedade.

Para o professor Valdemir a melhor forma de se trabalhar as questões étnico-raciais na educação é incorporando essa temática nos componentes curriculares, fazendo parcerias com a universidade e pesquisas de campo. Segundo o diretor adjunto Osiel “A discriminação de qualquer natureza não nasce na escola, porém discriminações, preconceitos e desigualdades sociais ocorrem também na escola, então para que a escola eduque é necessário que se constitua em um espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e postura para uma sociedade mais justa. Para isso a escola deve buscar parcerias junto a outras instituições que possam colaborar nesse desafio que é a discussão da realidade do negro no Brasil”.

A professora Assunção lembrou que “De acordo com o que está estabelecido em Lei, no currículo escolar deve constar nas disciplinas de História, Arte e Literatura, conteúdos relacionados à História da África, mas os projetos didáticos interdisciplinares tem sua legitimidade no contexto escolar, onde todos constroem o conhecimento significativo, de

forma dinamizada e contextualizada”. Segundo a professora Maria dos Anjos “As Secretarias Estaduais de Educação deveriam oferecer cursos de capacitação aos professores. Os educadores quando capacitados deverão se tornar multiplicadores desses conhecimentos. Trabalhar com projetos que envolvam as questões étnico-raciais”. A professora Rosa Cristina destacou que as questões étnico-raciais não deveriam ser trabalhadas somente no período do dia da Consciência Negra, deveriam ser ofertados cursos de formação referente à temática para professores do 1º ao 9º ano e 1º, 2º e 3º de Ensino Médio. Além da disponibilidade de material didático diversificado.

5 CONSIDERACOES FINAIS

Com essas informações podemos concluir que há conhecimento por parte dos profissionais entrevistados da Lei 10.639/03 e de sua importância para o reconhecimento e valorização do negro e de sua História em nossa sociedade, assim como no combate ao preconceito, ao racismo, a discriminação e a desigualdade existentes em nosso país.

Podemos dizer que a biblioteca da escola conta com um acervo muito reduzido de livros sobre a História Africana e Afro-Brasileira e sobre Educação das Relações Étnico-Raciais, o que se configura como uma das dificuldades enfrentadas pela escola para se trabalhar a temática. Percebemos que os educadores dispõem de conhecimentos sobre a temática, mesmo que em graus distintos, no entanto somente alguns já tiveram acesso à capacitação para trabalhar a temática, sendo que fizeram estudos por conta própria. Constatamos que apesar de constar nas DCNs que qualificação profissional para se trabalhar História da África e Afro-Brasileira deve ser disponibilizada ou incentivada, os profissionais da educação têm difícil acesso à capacitação. Como visto a escola realiza eventos que abordam a temática, mas não se configuram como constantes, já que ocorrem especificamente em um período, Semana da Consciência Negra. O currículo seguido pelas professoras de História contemplam conteúdos sobre História Africana e Afro-Brasileira, mas verifica-se esta História ainda tem pouco espaço no currículo escolar. A professoras seguem as orientações curriculares propostas no documento apresentado pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC “Orientações Normativas para o Funcionamento das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino, no ano letivo de 2015”.

Segundo a análise dos professores sobre os livros didáticos de História utilizados pela escola, estes apresentam conteúdos sobre a História da África e Afro-Brasileira, e com uma melhor abordagem que as feitas anteriormente, o que nos revela um progresso, no

entanto ainda se mostra insuficiente se pensarmos na riqueza desta História e na ênfase dada às demais. Quanto à questão do preconceito na escola, constatamos que ocorrem conflitos devido à diversidade racial, mesmo que ocorra de forma mascarada, portanto apesar da escola trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais, ainda de forma simplificada, há muito a ser feito para a redução do preconceito e da discriminação do negro e da cultura de raiz africana. Tivemos resultados divergentes quanto à valorização da História Africana e Afro-Brasileira pelos alunos, sendo que muitos ainda não têm a consciência de sua importância, portanto não querem conhecê-la, permanecendo com uma visão distorcida da África e da História e Cultura Afro-Brasileira. Mas cabe salientar que temos um progresso já que parte dos alunos já tem consciência da importância de se estudar a História da África e Afro-Brasileira, valorizando-as e formando uma visão positiva desta, tornando-se pessoas que respeitam e valorizam nossa diversidade racial e cultural, o que se apresenta com um grande passo para uma sociedade mais igualitária.

Foram citadas muitas dificuldades que a escola enfrenta para trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais, desde a falta de capacitação para trabalhar a História da África e Afro-Brasileira, escassez de material didático e paradidático, um currículo que não contempla a Lei de forma devida e até o desconhecimento da Lei 10.639/03 por parte de todos os segmentos da escola. Os profissionais da escola percebem uma melhora das relações raciais no Brasil, no entanto são conscientes de que há um caminho longo e difícil para que tenhamos relações étnico-raciais saudáveis, e que a escola é espaço fundamental para tal objetivo. Vêm o conhecimento como a melhor forma de se combater o racismo, que por muitas vezes passa despercebido, por ser velado, portanto, não se pode acreditar que não existe, o que apenas está oculto. A consciência de que apenas a existência da Lei 10.639/03 não basta é evidente para todos, e a necessidade de efetivação desta enfrenta muitos obstáculos, como colocado anteriormente. A mudança de pensamento a respeito do negro e da História Africana e Afro-Brasileira é essencial. Isso deve ser feito ao longo de toda vida escolar do aluno.

Podemos destacar que o pensamento dos educadores da escola a respeito da melhor forma de se trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais é relevante, pois estes destacaram que o tema deve ser trabalhado em conjunto com todos os componentes curriculares, com ênfase é claro para a História, Educação Artística e Literatura como especificado na Lei, além do fato de que a capacitação dos profissionais é essencial, assim como material didático de qualidade e diversificado, apoiado em um planejamento organizado.

Concluímos que a escola trabalha a História da África e Afro-Brasileira e estabelece a Educação das Relações Étnico-Raciais, no entanto ainda de forma restrita. São muitas as dificuldades enfrentadas pela instituição para a real efetivação da Lei 10.639/03. Verifica-se que o que está previsto em Lei não ocorre plenamente, precisa-se melhorar muito para que a Lei saia de fato do papel.

Diante de tudo que foi exposto, vimos que o Brasil como um país multiétnico e pluricultural necessita ter organizações escolares onde todos se sintam incluídos, onde se veja a educação das relações étnico-raciais como uma educação voltada para a superação do racismo, que busca resgatar e valorizar a real História Afro-Brasileira, sua cultura e seus valores. Com a Lei nº 10.639/03 o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se tornou obrigatório nos níveis de ensino fundamental e médio, sendo uma grande conquista para o movimento negro que sempre lutou por uma política de inclusão na educação.

A escola deve compreender e reconhecer o seu papel na formação social do indivíduo, contribuindo na formação de conhecimentos científicos, por meio de uma educação voltada para a valorização da sua cultura e das outras culturas existentes e que não favoreça a negação de um grupo em função de outro.

Nesse sentido, várias são as dificuldades para que essa temática seja trabalhada em sala de aula sem ter que reproduzir conhecimentos distorcidos e preconceituosos em relação aos negros. Para que na escola os alunos tenham acesso ao verdadeiro papel do negro na História do Brasil e na sociedade é necessário ter profissional capacitado para garantir que certas práticas racistas não venham a acontecer na escola e se acontecer o professor não passe os olhos por cima, que este saiba fazer as devidas correções para que não sejam condizentes com a reprodução de certos preconceitos em relação aos negros. Neste momento, cabe destacarmos o grande papel das Universidades no processo de desconstrução ao introduzir a temática nos cursos de formação de professores.

Por fim, a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é uma educação voltada para a superação do racismo em todas as esferas da sociedade, que busca o reconhecimento e valorização de sua história, para isso é necessário repensar a forma como o currículo escolar e os livros didáticos vêm abordando essa temática. Para isso, é importante abordar em sala de aula a grande contribuição que os africanos tiveram no desenvolvimento socioeconômico do país, na língua, na culinária, na dança, na arte e, portanto, na cultura. Conhecendo nossa História e nossa cultura de forma plena poderemos caminhar em direção a uma educação democrática.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; d'ADESKY, Jacques. **RACISMO, PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA**. 5. ed. São Paulo: Atual, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**. Brasília, DF, 2004.
- CAMPUS PINHEIRO. **Manual para normalização de monografia**. São Luís: UFMA, 2014.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil: mito e realidade**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CAVALEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: _____. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.
- _____. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. **BRASIL AFRO-BRASILEIRO**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREYRE, Gilberto. Aspectos da influência africana no Brasil. **Cultura – MEC**, Brasília, DF, n. 6, v.23, out./dez. 1976, p. 6-19.
- GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MCLARN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civita**, Porto Alegre, n.1, v. 3, p.15-33, jun. 2003.
- REGIS, Kátia Evangelista. Relações étnico-raciais e currículos escolares em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação – Brasil (1987-2006). 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto alegre: Artmed, 2000.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. rev. Brasil: Ministério da Educação, 2005.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p 97-114.

SILVA, Alberto da Costa. Como os africanos civilizaram o Brasil. **BIBLIOTECA ENTRE LIVROS**, São Paulo, n. 6, Especial, p.64-69, 2007.

SILVA, Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFRA, 2003.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de Educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial: In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, Maurício Pedro do. Novas diretrizes curriculares para o estudo da História e da Cultura afro-brasileira e africana: a Lei 10.639/03. **EccoS**, São Paulo, v.9, n. 1, 2007.

SOUSA, Ana Lúcia e; CROSO, Camila (Coord.). **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades da Lei 10.639/03**. São Paulo: Cafro e Ceert, 2007.

APÊNDICES – Questionários e autorizações**QUESTIONÁRIO**

TEMA: Questões étnico-raciais no ensino de História da África e Afro-brasileira na Educação Básica – Escola Estadual Rubem Almeida.

ENTREVISTADO:.....

- 01- Você conhece ou já ouviu falar da Lei 10.639/03 que dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino de História da África e Afro-brasileira na educação básica? Se a resposta for sim, qual a importância da mesma?
- 02- Você já procurou ou teve acesso a livros que tratam da temática na Biblioteca da Escola?
- 03- Você busca ou já recebeu capacitação sobre como tratar a temática na escola e na sala de aula?
- 04- A escola tem ou já teve eventos que tratam da temática? Quais?
- 05- Os livros didáticos utilizados na escola fazem abordagem à temática? De que forma se dá essa abordagem?
- 06- Ocorrem conflitos entre os alunos devido à diversidade racial existente na escola?
- 07- Os alunos demonstram interesse ou conhecimentos a respeito da temática?
- 08- Quais dificuldades existem para trabalhar com História da África e Afro-brasileira?
- 09- Que percepções você tem sobre a questão étnico-racial no Brasil?
- 10- Em sua opinião, qual a melhor forma de se trabalhar as questões étnico-raciais na educação? Quais suas sugestões?